Ata da 304ª (Tricentésima Quarta) reunião ordinária do CONPATRI – Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Itabirito. Aos 09 (nove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte dois), às 14:00 horas (quatorze horas), realizada na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, localizada à Rua do Rosário nº 67 – Bairro Boa Viagem, os conselheiros foram convocados por meio eletrônico. A reunião aconteceu em primeira convocação, atingindo o quorum conforme Regimento Interno do Conselho, contando com a presença da Presidente do Conselho, Júnia Guimarães Melillo, a Secretária Joice Giulia Silva dos Santos, Alessandra Flávia da Silva Baêta, representando a Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, como membro efetivo, Célio dos Santos, representando a União Ambientalista de Itabirito - UAI, como membro efetivo, Maria Eduarda de Morais Lana, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como membro suplente, José Antônio Braga representando o Coral Canarinhos de Itabirito, como membro efetivo, Fernando Pereira Antunes, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo como membro efetivo, Paulo Rodrigues dos Santos representando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL como membro efetivo, Gabriel César de Oliveira, representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços, como membro suplente. Também participaram da reunião o Secretário de Segurança e Trânsito, Antônio Pataro, o Secretário de Obras, Geraldo Torres, representantes da empresa Via Voz, Glenda Araújo e Ana Carolina de Oliveira, Daniele Mônica Lima, Fiscal de Posturas, Breno Dias Coelho, Historiador, e demais representantes da Secretaria de Obras, Segurança e Trânsito e Guilherme Woods. Pauta: INFORMES: Aprovação das atas 302 e 303; DMP: Denúncia na Ouvidoria do IPHAN sobre as obras emergenciais na Igreja do Rosário: denúncia referente à execução de vigas de concreto, utilização de argamassa de cimento e recomposição de paredes com blocos de concreto na Igreja Nossa Senhora do Rosário (processo 72020.001934/2022-55). DELIBERAÇÕES: Memorando – Secretaria Municipal de Obras Obras e Serviços – Aprovação de projeto arquitetônico da segunda etapa das obras da Avenida Farid Rahme. SEMCULT: Aprovação de projeto arquitetônico Recuperação/Restauração do Antigo Antigo Quartel – Análise para aprovação do projeto de Recuperação do Antigo Quartel. PROT: N° N° 6435/2022 – MonteMinas Minério Ltda - Solicita que seja encaminhado ao Conpatri, A/C senhora Júnia Guimarães Melillo, o cumprimento de condicionante nº01. PROT: N° 10607/2021 – Cern Consultoria- Solicita a manifestação e parecer do Conselho e da Secretaria de Cultura sobre o processo de licenciamento conforme documentação em anexo, Projeto Serra do Lessa; PROT: 10910/2022 – Vilma Ferreira Cunha - Defesa de notificação e apresentação de projeto de obra irregular - Rua Principal, nº 36 – Distrito de Acuruí. PROT: 10653/2022 – Miguel Ângelo Fiorillo - Solicita que seja encaminhado ao Gabinete abaixo assinado dos moradores do Beco das Mercês, Bairro Matozinhos. PROT: 9244/2022 - **João Bosco Lima de Carvalho Souza -** Isenção de IPTU do imóvel da Rua 07 de Setembro, nº 100; PROT: 8990/2022 - **Glauco Alexsander Pereira Faria -** Solicita parecer para emissão de alvará de localização e funcionamento. PROT: 11119/2022 - **Alexandre do Prado de Oliveira -** O requerente deixa anexo 02 plantas para trocas de portas e janelas referentes ao Auto de Infração nº005/2022. PROT: 11785/2022 – Paulo Henrique Almeida - O requerente deixa anexo notificação nº 015/2022 – Obra irregular. Anexo: defesa de notificação, cópia de escritura. Iniciando a reunião a Presidente deu boas-vindas aos presentes e logo após, passou a palavra para a Secretária Joice que cumprimentou e iniciou com a aprovação das atas da 302ª reunião ordinária e 303ª reunião ordinária, ressaltou que a ata da 303ª reunião ordinária já havia sido enviada previamente para análise dos conselheiros e foi aprovada sem ressalvas e que a ata da 302ª

reunião ordinária foi revista e encontraram alguns erros e que por isso iriam corrigir e reencaminhar na próxima semana para avaliação dos conselheiros. Dando continuidade, Joice prosseguiu com os informes e explicou que o item referia-se a uma solicitação que a Divisão de Memória e Patrimônio recebeu do IPAHN, referente a uma denúncia na própria ouvidoria do IPHAN acerca das obras emergenciais da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foi solicitado à Divisão de Memória e Patrimônio, através da Fiscal de Posturas, um pedido do IPHAN para realização de vistoria para verificar, em caráter de urgência, denúncia até que pudessem vir a Igreja Nossa Senhora do Rosário para tomar as providências. Continuou explicando que a obra teve execução de vigas de concreto, utilização de argamassa que não é condizente com o local, recomposição com bloco de concreto, e foram itens que não foram liberados pelo parecer do IPHAN, que entendeu que seria uma obra simplificada, não exigindo projeto, somente o RT, mas passou uma série de recomendações de como o pároco deveria proceder com o serviço, orientações no sentido de tipo de reboco, o que ele iria colocar de engradamento no telhado, as substituições acompanhadas de profissionais competentes e responsáveis pela área de patrimônio e o responsável técnico. Assim a fiscal de posturas compareceu ao local e constatou que realmente estava utilizando materiais incompatíveis conforme a denúncia, então a obra foi embargada. Daniele explicou que a obra não foi embargada pela Divisão de Memória e Patrimônio e sim pelo IPHAN, até apurar e ver os danos e quais as soluções e medidas devem ser tomadas. Joice relembrou que essa igreja já havia sido mencionada no passado no conselho, em que ela estava com uma trinca grande, e assim o pároco solicitou esta liberação no IPHAN e que foi feito dessa maneira e que agora veio este processo da ouvidoria. Por enquanto este assunto está em pauta como informe. Conselheiro Sr. Célio indagou quem estava executando esta obra e Joice respondeu que era o Pároco Padre Miguel. Joice então concluiu dizendo que tudo apresentado ali era um registro para demonstrar de forma geral o que estava acontecendo, que inclusive no dia que a Fiscal de Posturas foi ao local estava fechada a Igreja. Daniele complementou dizendo que no dia da visita ela estava fechada e por isso não conseguiu registrar o interior da Igreja, mas quando o técnico do IPHAN solicitou a vistoria, ele encaminhou as imagens constantes na denúncia e tinham blocos de concreto sendo utilizados dentro da Igreja e a partir daí que ele solicitou que a fiscal pudesse verificar. Prosseguindo, foi passado para a parte das deliberações. **Requerente: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo - Aprovação de projeto arquitetônico recuperação/restauração do Antigo Quartel**. Joice explicou que o prédio passou por um incêndio, entrou em um processo de recuperação deste imóvel, tendo alguns entraves que foi a cessão do espaço para o município para que fosse possível a execução da obra, e findado os impasses, hoje será apresentado o projeto de restauração. Logo após a Presidente do Conselho fez uma introdução sobre o assunto, explicando que o Rafael realizou a elaboração do projeto seguindo algumas demandas que foram passadas para que o Quartel seja transformado em memorial do centenário. Será um complexo museológico da cidade, que por uma questão de facilitar os trâmites para que transforme logo em um espaço visitável, percebeu-se que seria mais fácil transformar em um memorial e não em um museu, pois para um museu existe uma série de regras que acabou complicando o processo, e chegou à conclusão que o memorial atenderia à demanda para o centenário, devida as atividades de grande relevância que aconteceram ali onde já funcionou inclusive a Prefeitura Municipal. Junia explicou que pensaram em fazer um o acervo físico menor, mas uma grande parte será tecnológica, com exposições que mudem com mais freqüência, e deu exemplo do Museu da Imagem e do Som em Belo Horizonte, em que ela e a

Diretora de Cultural visitaram e que tem umas exposições contemporâneas com muitos vídeos, imagens e que dessa maneira poderão utilizar um material muito grande, que hoje se tem no arquivo público de Itabirito. E então fariam exposições temáticas durante o ano, sempre relacionando com a história, mas abordando um tema ou outro para se ter esta variedade e claro ter algumas salas com exposição permanente. Junia prosseguiu e apresentou as propostas para a parte de baixo onde teriam duas salas com a história esportiva de Itabirito, pois também existia um anseio por parte da Secretaria Municipal de Esportes de criar o museu do esporte, mas também conta com acervo físico e tem-se algum material, Telê Santana e outros atletas que já passaram aqui e uma corredora que conseguiram recentemente ter noticia através de um documentário do Rio de Janeiro chama-se Irenice, cuja memória foi apagada dos registros, porque ela era uma mulher negra e foi durante o período militar e ela era uma pessoa que enfrentava muito as regras da época, então a memória dela foi apagada. Criaram um documentário no Rio de Janeiro sobre e vem ganhando prêmios mundialmente e que é de Itabirito, nascida em Itabirito e assim ela também seria homenageada nesta parte esportiva do memorial. Finalizou dizendo que isso foi só para contextualizar um pouco o uso o qual foi planejado para este espaço tão importante para Itabirito e que pretende restaurar com todo cuidado conforme foi feito com a atual sede da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo. A secretaria Municipal de Obras e Serviços através do contrato que eles têm conseguiu com a empresa para que fizessem o projeto, que foi apresentado em seguida pelo Arquiteto Rafael, que é um profissional super qualificado e especialista em restauro de imóveis antigos. Após a contextualização da Presidente, a palavra foi passada ao Rafael, que agradeceu e cumprimentou a todos os presentes e iniciou agradecendo a contextualização da presidente que contribuiu para sua explicação sobre todas as atividades que foram demandadas. Mencionou que projeto foi desenvolvido em conjunto com o professor Lisandro Melo Franco, que é seu sócio na empresa Lyra Arquitetura, e colabora com empresa Via Voz nesta oportunidade. Rafael prosseguiu apresentando umas fotos, que se trata da edificação eclética do início do século XX, com raízes ainda do final do século XIX, citando a documentação histórica da casa que consta que provavelmente o primeiro pavimento foi confeccionado em alvenaria de pedras, sistema que remete a arquitetura colonial, e que depois se “ecletizou” com estas características mais afrancesadas, os vãos em arco, enfim uma edificação com uma presença urbana muito intensa. Mencionou que é uma edificação relevante na vertente Itabirito, que muito imponente na paisagem despertando interesse a quem passa. Dando andamento Rafael salientou que iniciou este trabalho, com mapeamento de danos e diagnóstico, mas previamente foi necessário executar o levantamento, não havia condições de realizar o levantamento geométrico direto, porque ela não oferecia condições de estabilidade. Pois não tem mais pisos, a edificação passou por incêndio, que carbonizaram boa parte dos pisos, da cobertura, do pavimento intermediário, o tabuado corrido sobre barroteamento foi queimado, as alvenarias estão em péssimo estado, oferecendo risco eminente de colapso. Rafael explicou que o levantamento foi desenvolvido pela Via Voz com recursos tecnológicos, através de drone que fez o escaneamento a laser, em todas as estruturas internas e externas da edificação e isso possibilitou o diagnóstico dos danos, e todo o levantamento, e tudo está registrado na documentação a título de exemplo do trabalho desenvolvido, inclusive estes diagnósticos exprimem o que é remanescente da cobertura após os incêndios, do colapso, da carbonização da estrutura madeireira. Logo após Rafael apresentou o projeto arquitetônico, falando primeiro do agenciamento externo, o que foi proposto para a edificação, que por ser

uma edificação eclética e com importantíssima característica da simetria, então foi considerado que o principal acesso, apesar de que se tem o acesso em três níveis como iriam demonstrar mais a frente, mas neste acesso principal buscou-se re-configurar de modo a ter uma calçada, pois no local não existe calçada, está assim re-configurando o entorno do imóvel com uma calçada para acesso direto ao alpendre, fazendo uma concordância, curvando a esquina. Então se acessa o alpendre, onde acessaria grande saguão de acesso, onde poderão ser exibidas as obras de arte, com acervo que foi explicado inicialmente pela Presidente do Conpatri, onde já teria o primeiro espaço e esta re-configurando externamente esta edificação, pois ela necessita de uma reestruturação externa, o pavimento está com a alvenaria em péssimo estado, muito degradadas, e precisa de apoios para a cobertura, pois para manter a integridade futura da edificação faz-se um núcleo central estruturado em estrutura metálica, em que se localizam todas as circulações verticais internas, tem-se uma plataforma elevatória para acessibilidade e escadas para fazer este deslocamento interno, alas laterais com intenção de simetria, mantendo duas circulações laterais, mais paredes para exposição de obras, e na parte posterior uma grande sala para administração, com a retomada de um balcão posterior, que existia e hoje não existe mais, que é relevante e possui uma vista muito interessante, criando uma ambiência muito legal para o espaço. Foi apresentado no projeto um grande terraço, logo após apresentou outra situação com uma escada externa descoberta que vai para o pavimento inferior que tem acesso pela ladeira São Francisco, e este acesso se dá de forma externa e também através das circulações internas e toda porção apresentada foi destinada ao museu do esporte, e a parte fronteiriça que está próximo ao muro de arrimo, que é uma parte bastante difícil de trabalhar, de difícil manutenção e por isso se incorporou o museu do esporte. Em outras salas serão inseridas duas galerias, para servir como um espaço expositivo para estrutura museográfico. Dando continuidade, Rafael apresentou toda a parte nova que também corresponde a antiga edícula ao qual está sendo demolida, onde será melhor local para implantar todos os espaços molhados, pois algo muito complexo quando se trata de edificações históricas, porque se tem muito dano advindo da água então costuma-se isolar as instalações hidráulicas para trazer menos riscos as manifestações patológicas proveniente desse elemento a edificação histórica. Apresentou o local dos banheiros, contando com masculino, feminino, Portador de necessidade especial, além de Depósito de Material de Limpeza – DML, e a parte posterior onde será a área do café. Foi apresentado o deck e também todo o espaço de terraço em torno do pavimento, e rampas para acessibilidade. O pavimento do porá irá abrir os acervos e uma nova sala que estão acrescentando para abrigar um depósito. O espaço de pátio pode ter acesso de veículos, estacionamento. Rafael explicou que para entender o processo de restauração foi proposta uma cobertura com a telha francesa em vidro no espaço correspondente ao núcleo central onde tem as novas circulações, para iluminar a parte criando uma boa ambiência, com o refazimento de todas as estruturas de cobertura será no sistema tradicional em madeira e na parte superior um forro de gesso exceto na parte correspondente ao núcleo central. Já no acesso principal em perspectiva apresentou esquadrias, vigas, e os elementos serão trabalhados e restaurados, voltando para a edificação. Foi apresentado o acesso frontal do saguão, um núcleo estruturado em aço, as circulações laterais e administração posterior com um balcão, os pisos a serem recuperados com barroteamento, e os pisos em tábua corrida que foram queimados no incêndio vão ser repostos. No pavimento inferior, toda a parte correspondente ao museu do esporte, o núcleo estruturado em estrutura metálica, circulações verticais, escadas e plataforma e os dois espaços expositivos além do novo piso de concreto armado que

será criado no novo depósito na parte de baixo que será estruturado com uma parede de concreto que vai sustentar o terraço, no nível superior. Rafael apresentou também algumas projeções do ante e depois do prédio, o estado atual da fachada frontal da edificação com a edícula que está sendo demolida, mas criando novas estruturas neste local. Rafael ressaltou sobre dois elementos importantíssimos, o gradeamento frontal que é um elemento muito marcante nestas arquiteturas desse deste prédio, talvez o ornato mais marcante, e é tão marcante que acredita-se que na reforma de mil novecentos e oitenta e nove, que está documentada, o gradeamento não existia, o guarda corpo frontal não era desta forma, de modo que figura e fundo tem-se um peso do guarda corpo frontal com o guarda corpo lateral que em perspectiva acaba criando um certo desconforto visual. E o que está sendo proposto que os guarda corpos frontais sejam em muretas, e as grades existentes vão para o terraço que está sendo criado no afastamento frontal. Foi apresentada a cobertura como um elemento importante contendo a mesma telha francesa tradicional, porém em vidro para melhor assimilar a iluminação e dar ambiência que é interessante para o interior da edificação. Rafael informou que os vãos serão retrabalhados, pois se têm muita vedação de vão, feitos de forma irregular e então estão sendo padronizadas. Rafael apresentou também fotos de 1985 onde não existia a mureta no afastamento frontal, sendo um elemento que foi estendido para todo o alinhamento da edificação que perceberam que pesa muito, e as alterações podem ser realizadas sem excesso. O conselheiro José Antônio pediu a palavra e informou que trabalhou no prédio em 1964, onde era porteiro e cuidava da faxina do local, por conhecer a parte exterior e interior e que a parte comentada pelo Rafael realmente não existia, e que por sem embaixo cadeia pública e uma vez houve fuga dos presos e eles escalaram este muro, eles saltaram e subiram e a primeira providência tomada seria construir algo para limitar a fuga, e com a saída do prédio da Prefeitura em meados nos anos sessenta para onde hoje é a Casa de Cultura, isso ficou em segundo plano, e somente nos meados dos anos oitenta que foi inserido, pois antes não havia. O conselheiro Fernando solicitou a palavra e manifestou que neste projeto ele não conseguiu vislumbrar a acessibilidade. Rafael manifestou que este tema seria abordado mais a frente com ilustrações que ficariam bem evidente o que estão pensando para acessibilidade, mas reforçaram que após este momento se ainda ficar dúvidas que ele poderia acioná-lo novamente. Logo após Rafael falou sobre a cor que ainda não havia sido feita a prospecção, mas que a primeira cor a primeira vista foi à amarela. Pode realizar as prospecções estratigráficas, das camadas pictóricas, para descobrir a cor e liberar, mas este um amarelo muito presente nas edificações daquele período, com a presença do minério de ferro com esta tonalidade bem ocre, característico dessa época, com os ornatos e os ressaltos todos no branco. A Presidente manifestou que estava conversando com secretário Municipal de Obras e Serviços e solicitou a volta de um slide da projeção e perguntou se havia esse degrau na entrada, onde Rafael respondeu que existem três degraus, mas que ficariam dois pois com a inserção do passeio diminuiria um. Júnia indagou que o passeio não existe e Rafael confirmou. O Secretário Municipal de Segurança e Trânsito pediu a palavra e informou que existem alguns problemas quanto ao que foi proposto, pois existe um “dente” no passeio projetado para dentro da rua que não pode haver, e apesar de ter o passeio, e estarem fazendo uma obra de restauração, criando um obstáculo viário apesar de ser uma calçada, e que sua preocupação é na curva do morro, pois com a calçada os ônibus não vão conseguir virar, e por mais que tenha que ter a calçada pela mobilidade, o motivo de não ter calçada no local é por inclusive na parte onde tem o poste que é na esquina, tem a situação de se o poste vai permanecer naquele local,

pois se ele ficar o passeio terá que ir além, pois não pode se ter um poste dentro do passeio, avançando mais qualquer calçada por menor que seja que estenda acima da largura do poste que há na esquina o ônibus não consegue virar e falar se há outra possibilidade do transito não tem. Complementou dizendo que então neste ponto teria que adaptar a reforma a via e não a via a reforma, este ponto que deve ficar bem fechado porque acredita que não vai poder ter a calçada desse prédio sentido descendo morro. Rafael manifestou que neste ponto do poste é um chanfro que eles projetualmente estão apenas arredondando, e Pataro indagou e estão jogando passeio pra dentro. Secretario Municipal de Obras e Serviço sugeriu que o passeio fosse recuado para parte do deck que esta sendo criado acima da área molhada. Rafael manifestou que tudo isso pode ser investigado e estudado. O conselheiro José Antônio perguntou qual a possibilidade de recuar entre um metro e um metro e meio, pois o risco para pedestre e muito grande e o bico no passeio já é arriscado, o outro é mais ainda, seria uma oportunidade para se rever a mobilidade. O Secretario de Trânsito Pataro, informou que o ideal é que não tenha degrau na calçada. Geraldo manifestou que o plano diretor atual, proíbe cem por cento o avanço de calçada, é lógico que este caso é um prédio histórico e que tem suas particularidades, mas o ideal é que o próprio município siga as próprias leis por ele estabelecidas, e neste caso o ideal e que não tivesse o degrau no passeio e recuasse para dentro do imóvel. Mendes da Secretaria de Trânsito manifestou que deveria recuar não só o chanfro e os degraus, mas todo passeio sentido da edificação. O conselheiro Célio manifestou que dessa forma acontece uma descaracterização do imóvel. Rafael concordou. Célio prosseguiu dizendo que estava achando a mureta proposta muito esquisita, pois estava tendo um impacto e descaracterizando. Pataro manifestou que respeitosamente o muro estava muito feio e concordou com conselheiro Célio e manifestou que há uma parte do prédio que é lindo e esta sendo tampada e sugeriu criar uma entrada lateral, desabilitando a entrada frontal, considerando a entrada principal como lateral. Rafael informou que respeitosamente se divergia da opinião, pois se estava adequando uma edificação histórica e fazendo uma adequação viária, e se tem uma questão de valores, pois o passeio está avançando neste primeiro plano. O Secretário de Trânsito sugeriu criar uma entrada lateral, desabilitando a entrada frontal, considerando a entrada principal como lateral. A Presidente salientou que não via o porquê deixar a entrada de um prédio desta relevância como lateral, sendo que ele consegue tirar o degrau, o avanço e o problema de fato eram a calçada, então melhor seria manter a entrada original e retirar o passeio, então de toda forma e o mais viável seria retirar o passeio. O conselheiro José Antonio manifestou que o causa estreitamento da rua foi o muro de arrimo, pois antigamente era um abarrancado, e para segurança foi construído um muro que foi forçando a rua que antes era um vão livre onde se enxergava apenas um pátio onde costumeiramente os presidiários tomavam sol, então o que fez o município na época ele estreitou a Rua Henrique Michel, estreitou aquela curva para adequar e permitir a construção de um casebre que servia como cantina para os policiais, então na verdade estavam tentando resgatar o que era logradouro público e que foi por uma questão de segurança e de oportunidade ou conveniência, sem a intervenção de arquitetos e engenheiros, veio trazendo da forma como foi e ali também só se passavam pessoas e não veículos, tendo que levar isso em consideração. Rafael retomou a palavra e manifestou que para deixar claro e entendido o que estava sendo proposto ali eram somente a concordância dessa esquina em curva e o passeio na parte que hoje é apenas escada, propôs um passeio de fato, mas este passeio como colocado é inviável do ponto de vista viário do local, assim Rafael sugeriu pegar a documentação para

verificar a possibilidade da adequação viária. O conselheiro José Antônio perguntou a presidente se o estado concedeu a cessão somente do prédio do quartel ou de toda a área. A Presidente informou que foi toda a área. O conselheiro José Antônio ressaltou que existe um fato importante que pode ter uma repercussão, porque o Estado entrou com uma ação reivindicatória contra os moradores até praticamente a curva da rua lateral do quartel, e haverá a demolição na ladeira São Francisco, e será um terreno que ficará uma terra nua, agregado ao prédio, então o que se deve imaginar é que vai ficar um prédio lindo com um "esburacado", pois os imóveis existentes no local serão demolidos, restando somente o alicerce no local. Prosseguindo o conselheiro antecipou uma solicitação que restituísse as panóplias, pois o hasteamento das bandeiras sempre era realizado no fundo, de frente para a cidade e seria interessante uma base no local para o hasteamento das bandeiras. O conselheiro Célio sugeriu colocar as grades no deck e a mureta na parte da frente. Prosseguindo Rafael apresentou à fachada sul, as janelas mais ritmadas e desimpedidas, ao fundo o balcão retomado mostrou também a fachada posterior no estado em que se encontra hoje, após as patologias decorridas do incêndio, carbonização das esquadrias, e como ficara após o restauro, e apresentou o terraço superior com o deck lateral, e manifestou que nesse ponto teria ficado clara a questão da acessibilidade, prosseguiu demonstrando como a acessibilidade acontece externamente por meio de rampas e internamente através de plataforma elevatória que da acessibilidade para o patamar superior, sendo plenamente acessível, tendo para além escadas. Apresentou a área de café, com paredes para ilustrações em que elas podem ser cedidas para artistas locais, o terraço superior que é super interessante, que pode abrigar vernissagens, eventos e que tem um espaço de respiro, e que conforme o evento iria acontecendo a pessoa teria vista bonita do bairro. Local com mesas e ombrelone como espaço de serviço para o café e os banheiros no espaço recuado com um uma tomada de luz. Fachada lateral do edifício pode visualizar o novo deposito criado na parte de baixo com a parede em concreto para reserva e têm-se também o acesso ao porão, e um visor que da visibilidade ao local onde será exposta a as máquinas antigas de projeção do antigo Cine Pax, que é elemento muito pesado e ficara nesse pavimento sob a escada. A presidente Junia pediu a palavra para fazer um parêntese para que os conselheiros pudessem compreender, iniciou dizendo que iriam também restaurar o Cinema e têm-se ali duas máquinas antigas de projeção que são lindas, mas muito grandes, no projeto que já foi aprovado pelo conselho, manteria uma delas exposta no saguão, mas as duas juntas tomam um espaço imenso, então uma delas viria para memorial em questão, para que pudesse ficar aberta também a visitação e por isso este visor entraria um a luz e que não pode ficar no pavimento superior por ser muito pesada. Rafael explicou que este pavimento está sobre terreno natural o que facilita receber a carga. Secretario Geraldo indagou que há uma plataforma elevatória que dará acesso do pavimento inferior para superior e não pode ser feito pela entrada principal por causa dos degraus. Rafael respondeu que sim. Ela perguntou se não consegue colocar a laje na mesma altura do passeio, já que teria que mexer no passeio, fazendo a acessibilidade por cima, pois eles estariam perdendo muita área para as rampas de acessibilidade. Mendes mencionou que cria um entrave, pois teria que criar um estacionamento para acessibilidade e ai seria até maior que a calçada. Joice manifestou que cria outro problema que sem as rampas de acessibilidades propostas, não consegue acessar o nível do deposito e estacionamento e assim não fica acessível. Mendes complementou que hoje na Rua Henrique Michel há um recuo usado como estacionamento e com a calçada este estacionamento não poderá existir, devendo ser somente interno, causando problema. Rafael explicou que a idéia é

que de fato os carros consigam acessar, então teria que ter este acesso veicular interno com estacionamento e que a pessoa que consiga acessar a edificação. Rafael findado este assunto então manifestando que depois poderia realizar estudo considerando todos os levantamentos apontados, mas que a acessibilidade através de rampas propostas naquele local resolve a acessibilidade em todo o terreno, vista que acessibilidade na parte frontal também se torna delicada uma vez que desbalancia a composição, a circulação no núcleo do edifício não acessa o porão pela declividade do terreno natural e cita exemplo de se uma pessoa com necessidade espacial trabalha no local ela precisa ter meios de acessar todos os espaços. Entre os três pavimentos existe o monta carga que para manipulação do acervo. Dando andamento Rafael falou da questão das grades, guarda corpos, informou que discorda e que fica muito em evidência neste terraço, e que inspira no desenho para ficar com 1,10m de acordo com a norma, essa adequação de colocar um espaço superior e inferior, de modo dos demais guarda corpos. Mendes pergunta se não poderia usar o mesmo gradil frontal em todo guarda corpo do terraço e Rafael respondeu que isso vai de encontro ao que ele está explicando do conceito de que tudo em grade pesa a composição e de que elementos novos marcam local onde a intervenção é nova. Logo após mostrou as partes finais da restauração e agradeceu a oportunidade para a apresentação do projeto. Após a apresentação a Presidente perguntou aos conselheiros, referente ao patrimônio histórico se existia alguma objeção. O conselheiro Célio pronunciou referente ao muro e frisou a possibilidade da utilização das grades na frente, pois no terraço tira totalmente a característica do prédio e o ideal seria manter no local atual, e para o terraço poderia se fabricar outra grade e não utilizar à existente, e falou novamente que a mureta está tirando a característica do prédio. A Presidente retomou a palavra e perguntou se a deliberação dos conselheiros poderia ser por partes. O conselheiro Fernando pediu a palavra e reafirmou que entre a mureta e a grade que opta pela grade mantendo a função original conforme dito pelo Sr. Célio por que tira a característica original daquele alpendre e da edificação. Em sua opinião se tivesse que retirar a calçada para manter as características originais, claro sem prejudicar conforme conselheiro José Antonio disse, ele preservaria pela restauração sem a calçada e se fosse possível ter a calçada que fosse também retirada a mureta, pois em seu ponto vista não tem nada haver com prédio. O conselheiro Célio sugeriu fazer uma nova grade no modelo da antiga para o deck. Rafael explicou que o uso das grades em todos os lugares tira pouco da questão de primeiro e segundo plano, deixa confuso e como nos documentos de 1989 não havia este elemento, e de acordo com o julgamento dos autores do projeto, o elemento copiado e repetido, na concepção era julgarem o que poderiam soltar ele, mas que iriam acatar obviamente o que estavam solicitando. Pataro indagou se no evento de emancipação de Itabirito havia este muro. Júnia manifestou que não havia nenhum elemento, mas que hoje é necessário que haja alguma coisa. Joice manifestou que em sua opinião só para manter a grade no terraço e que se ele for feito no mesmo elemento e forma da grade existente ficaria esquisito e que deveria ser um elemento novo, para leitura compreensão visual de que aquilo é algo novo. A Presidente manifestou concordando dizendo que é o que se pratica hoje quando envolve estas questões mais contemporâneas para não criar um falso histórico, o que é novo tenha cara de novo como, por exemplo, a sede da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, que foi restaurada mas possui elementos novos, como vidros, corrimãos em inox, em que as pessoas vão saber exatamente o que é original da casa e o que foi acrescentado por várias questões depois. O Conselheiro José Antônio citou conforme já falou algumas vezes, que é o caso na Praça da Liberdade em Belo Horizonte que estão os

prédios característicos da construção da capital, mas têm-se o prédio "Rainha da Sucata", além de outros monumentos que caracterizam o novo e o antigo, não descaracterizando a estrutura, mas de fácil identificação as inserções. Falou também sobre a mureta, que caso fosse mais baixa não haveria tanta visibilidade, e ressaltou quanto a passagem de transeuntes que é feita na Rua João Gualberto Lemos, que está no plano muito superior e dali daria para ver perfeitamente o prédio, pois a passagem de pedestres de fronte ao prédio, na faixa carroçável da rua Henrique Michel realmente é muito rápido, pois ou a pessoa presta atenção nos carros que estão vindo ou atenção ao muro, então se a mureta pudesse ser menos alta talvez até concordava. Rafael falou que infelizmente que elemento novo teria que respeitar até um metro e dez, de acordo com normativa. Geraldo deu sugestão de fazer muro de pedra seca, porém foi colocado que aquilo cairia na questão também de criar um falso histórico. Foi colocado em votação e aprovado o uso as grades na fachada e os degraus na parte de dentro da grade. Rafael informou que só será possível se pudesse criar o passeio. A Presidente perguntou se havia mais alguma informação importante e os conselheiros presentes informaram que não. Antes de passar para o próximo assunto em pauta o conselheiro José Antônio solicitou que registrasse em ata, fiz solicitação direta ao Prefeito, mas que a situação estava bem critica e com seu olhar pelo CONPATRI sobre a Praça Dom Silvério, pois não se conforma com o sistema de estacionamento em que está atualmente, pois é um absurdo vir pela rua Antônio Carlos e vai dobrar a direita para subir a praça, você não consegue pois os carros estão estacionados todos a quarenta e cinco graus. Então a sugestão é para preservar e principalmente na margem direita de quem sobe na esquina da casa do Sr. Cláudio Simões deveria ter um tracejado amarelo que proibisse os carros de estacionar na esquina e ser no sentido longitudinal, paralelo até no portão no final do muro. Citou exemplo de quando estacionam duas vans é um absurdo que não passam nem uma moto. A Presidente salientou que é pertinente o assunto, pois o Secretário Municipal de Trânsito estava presente e poderia ouvir a solicitação. O Secretário se pronunciou informando que a intenção nessa área não é colocar as vagas em paralelo, mas suprimir a vaga, pois se iniciar em paralelo e depois posicionar a 45 (quarenta e cinco) graus é formiga, pois quem parar em paralelo vai nesta posição até o final, sendo assim a intenção é suprimir três a quatro vagas, e dali pra frente quarenta e cinco graus. O conselheiro José Antônio sugeriu também placa de recomendações para condutores de vans e veículos maiores que não fiquem estacionados. O Secretário informou que estão demorando, mas que já estão de olho. José Antonio mencionou que com a colocação de malha asfáltica aquele local virou pista de corrida. Joice mencionou que inclusive uma das proposições que a Divisão de Memória e Patrimônio era de criar algum elemento urbano que impedisse de estacionar nesta curva e também serviria para delimitar, marcar a entrada do Centro Histórico. Júnia mencionou que convidará novamente o Secretario Pataro para reunião, pois existem muitas questões de trânsito que precisam ser solucionadas. Dando andamento na reunião o Secretário Municipal de Obras e Serviços apresentou o **projeto da segunda parte da Avenida Jose Farid Rahme**. Ele explicou que vai iniciar a continuidade da Madeireira Cascudo, até o bairro Dona Lila. Logo após o Secretário apresentou um vídeo explicando todo processo que será realizado, informou que a empresa que vai executar o serviço já está contratada que foi vinte e quatro milhões o contrato do processo inicial, informou também que o Ministério Público determinou que fosse preservada toda a área da linha férrea, que fosse mantida toda linha férrea aparente, sendo assim foi definido o uso do paralelepípedo igual ao que está em frente à Praça da Estação, este calçamento será mantido até próximo ao Restaurante Quatro Estações, frisando que a malha ferroviária ficará totalmente

aparente junto ao calçamento, tendo alguns elementos como as caixas de passagem que fazem parte da drenagem, que já foram executadas pelo SAAE, que foi antecipada, pois isso não estrada prevista na obra executada da via. O Secretário Municipal de Obras e Serviços citou haveria uma mudança que foi toda em comum acordo com a Secretaria Municipal de Trânsito. Joice indagou se a faixa seria elevada e responderam que não, somente pintura na via. Geraldo mostrou o ponto de maior intervenção na área do semáforo próximo a madeireira cascudo, trabalho difícil e local com maior fluxo de trânsito e que terrível para população. Já tentaram encontrar várias alternativas e pensaram até em fazer um viaduto no local, para tentar resolver o problema, mas não seria viável de executar durante este governo. Então trouxeram uma empresa de consultoria de trânsito a Plano, e assim chegaram a uma solução para este caso. Pataro explicou que este local é o maior ponto de concentração de engarrafamento hoje, pois existe um semáforo e ele causa uma cauda que se estende até a Sapataria Zilda, isso por uma questão de uma hora e meia no pico da tarde, no resto do dia é tranqüilo. O Problema é que se tem uma rua estreita que tem somente duas mãos e não consegue hoje instalar uma direita livre, pois se tivesse um espaço que canalizasse o fluxo jogando direita livre para quem vai para Padre Adelmo, estariam com uma situação muito confortável. Realizaram o teste em frente ao estacionamento do Churrasquinho Superchurras e não deu certo, pois três carros que param ali o quarto carro não conseguem cair para sair na direita livre, então ele já fica retido no semáforo. Mencionou que estava explicando tudo aquilo, pois mais a frente ele precisaria de área de redução, pois a área que hoje tem semáfora funcionaria sem semáforo, pois não teria o cruzamento, pois quem queria ir sentido Padre Adelmo passaria direto com duas pistas de rolamento no mesmo sentido e quem estaria vindo pela avenida entraria na área de redução para convergir. Para esta mudança da pista o ponto de ônibus que existe hoje na Praça da Estação será retirado, vai avança um pouco onde inicia o estacionamento do piso diferente, mais ou menos uns 10 metros e onde está o ponto será aberta uma passagem para o cruzamento. Após explicação das alterações que serão necessárias na via, manifesta que será necessário a retirada do gradil e vegetação nesta parte onde será aberto o cruzamento. A Presidente ressaltou que este gradil hoje existente não é original da Praça, e que foi inserido durante as intervenções anteriores. Logo após foi apresentado o projeto seguindo até a área do Julifest, onde próximo ao Restaurante Quatro Estações, sendo as casinhas hoje existentes no meio da pista foram desapropriadas, será realizada a demolição das casinhas, na rua Eurico Rodrigues será trocado todo o calçamento, desde o posto da Praça da Bandeira até o Isap, da rua Belo Horizonte até o Epa, seria trocado e também seria criada uma ciclovia. Passando pela área do Julifest o Secretário Municipal de Obras e Serviços, informou que uma das questões é a falta de estacionamento, e será destinada uma área exclusiva para estacionamento. Irá prosseguindo por baixo da passarela do Parque Ecológico até a MG 30. A Prefeitura recebeu a concessão de mais cinco quilômetros da MG 30, e o prefeito quer a terceira fase da avenida, que passaria pelo Padre Adelmo, passando pela Minas Mais, próximas ao Laticínio Novato será criada uma ponte de acesso com o objetivo de quem entrar em Itabirito entrará pelo acesso II, passa pelo centro, segue para o Padre Adelmo, tirando os veículos pesados do centro da cidade. O conselheiro José Antônio manifestou que importante a interligação com a MG30, pois sempre que há uma manifestação os caminhoneiros usam esta rodovia como fuga, e passam carretas de trinta, quarenta toneladas no centro de Itabirito. Continuou dizendo que na área do Julifest na área de estacionamento, deixou uma sugestão, iniciou manifestando que Ouro Preto conseguiu, Mariana conseguiu, porque que nos ainda temos esta quantidade de carretas

circulando dentro da cidade. Mas sugeriu que já se tem que pensar que uma dessa que fosse criando um estacionamento para veículos de grande porte a fim de eliminar o estreitamento de algumas vias e o intenso trânsito de veículos de grande porte no centro da cidade. Pois após a liberação da Bação Logística, queria que estivesse errado, mas que terão a duplicação ou a triplicação de transito de veículos pesados dentro da cidade, porque quem vai atuar na Bação Logística não irá dar a volta e sim passar por dentro da cidade. Assim se tiverem estes locais de estacionamento já poderiam criar uma legislação de proibição de veículos pesados dentro da cidade. Pataro respondeu que quando cria-se um espaço desse o município assume a responsabilidade daquilo e assim vai demandar outras questões como segurança. Manifestou ainda que possa proibir a entrada, mas não criar um espaço de estacionamento. José Antônio manifesta que isso vem como alternativa para local, não define, sugere-se ao motorista local. Pataro disse que estão em andamento com projeto de regulamentação de carga e descarga na cidade, onde já existe uma lei, mas é muito ruim e ela não foi regulamentada. José Antônio disse que esta sendo pensado, mas que isso é prioridade e isso é atribuição exclusiva do poder executivo que é o gestor, não tendo que passar na câmara, porque gestão é a partir de decreto regulamento. Pataro explica que hoje o caminhão precisa para emplacamento da declaração de garagem, mas o problema é o caminhão que só vem trabalhar e não é da cidade e a legislação não fala nada sobre isso. Joice pediu a palavra e solicitou que voltasse na imagem da Praça da Estação no trecho próximo a área de retorno proposta pela avenida e indagou se esse trecho que vai do cinema até o cruzamento da madeireira cascudo, ficaria em asfalto e confirmaram que sim. Joice então sugeriu que o ideal seria que todo o trecho que envolve a praça da estação ficasse em calçamento de pedra, porque traz unidade ao conjunto. Todos concordaram com a sugestão e ficou definida a execução desse calçamento nesse trecho até o limite das faixas de pedestres no cruzamento da madeireira cascudo. O Conselheiro Célio citou a questão das caixas que foram instaladas pelo SAAE e estão muito elevadas e elas não podem ser superiores ao trilho. O Secretário de Obras informou que irão levar em consideração o nível dos trilhos para colocar os paralelepípedos e que eles vão tirar na altura o que precisar p nivelar, caso não dê o SAAE terão que arrumar. Joice manifestou a importância de estudar a área instalação de faixas de pedestre, que sabe a dificuldade de tinta pegar nas pedras, mas que necessário estudo. Para finalizar a Presidente solicitou que fosse deliberado o assunto. O conselheiro Célio pediu a palavra e solicitou mais cuidado com as árvores, pois fizeram o passeio próximo ao Beira Rio e concretaram o "pé" da árvore, e foi à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e não obteve retorno, quem conseguiu a desobstrução foi o Fernando funcionário da Secretaria Municipal de Urbanismo. O conselheiro Célio frisou que acha um absurdo não haver uma sinergia entre as secretarias, e não é tudo que precisa demolir para ajudar no trânsito. O Secretário de Trânsito reforçou que existe uma lei de trânsito que deve ser observada e que não pode obstruir a passagem de pessoas e a acessibilidade. A Presidente perguntou se quanto ao projeto da estação estavam todos de acordo, o conselheiro José Antônio se posicionou com o voto favorável com as ressalvas que foram faladas durante a reunião. O conselheiro Célio pediu a palavra e ressaltou que possui um documento com a certeza que a ferrovia será reativada, e que gostaria de analisar bem o projeto para ver se não vai criar tanto obstáculo para reativar a ferrovia. Geraldo Secretário de Obras informou que próximo ao restaurante Quatro Estações não existe nenhum trilho remanescente, e que a via é DNIT, que já concedeu a autorização para prosseguir com o projeto e a doação dos trilhos que estão no parque agropecuário para outras cidades. O conselheiro Célio informou que faz parte de uma comissão pro ferrovia e que

segundo Romeu Zema as ferrovias serão sim reativadas, e hoje não seriam utilizados mais os trilhos antigos, e que não é contra a avenida, mas que tem direito e está pedindo vistas ao processo para que possa estudar e votar com consciência, e que pode conciliar a ferrovia com a avenida, pois Itabirito ganha mais com ferrovia que com avenida. Geraldo manifestou que DNIT deu concessão de trinta anos e que se voltar à ferrovia seria depois desse prazo e que eles não iriam retomar algo em uma área já consolidada. A Presidente informou que também participa destas reuniões com assunto pautado na ferrovia e que existe sim conversas de retomada da malha ferroviária, mas não é uma coisa que irá acontecer rapidamente e se acontecer seria dali a muito tempo, pois tem uma série de questões a serem resolvidas, é uma coisa que pode demorar décadas e ai sim iriam travar o desenvolvimento da cidade. Sr Célio manifestou que não era travar, mas se a avenida produz obstáculo caso volte à ferrovia. Geraldo manifestou que o município solicitou ao DNIT concessão da via, se houvesse interesse em reativação da ferrovia eles não dariam a concessão e também não houve nenhuma condicionante para a concessão. Inclusive estão com problema, pois irão reativar o parque agropecuário, porém estariam no local os trilhos e dormentes, os quais os dormentes já apodreceram, então acredita que chance muito pequena de reativação da linha. Citou ainda o risco de trazer o trem para dentro da cidade é um risco grande, e relembrou quantos acidentes aconteceram no passado por causa de travessia das linhas de trem. Finalizou dizendo que vê hoje a avenida como melhor caminho para melhorar o trânsito da cidade. Fernando manifestou que existe a possibilidade de se fazer trilho sobreposto e se eles quiserem no futuro da p realizar. Célio reforçou que esta avenida fosse construída sem que fosse descartada a volta da ferrovia. José Antônio manifestou que não há recursos, há vontade, há interesse, mas que hoje se tem tantas prioridades no plano nacional, que recursos faltarão e a iniciativa privada no capitalismo, alguém quer retorno e se for apenas para fins turísticos ele tem suas dúvidas. Geraldo manifestou que a ferrovia do aço veio para isso, para tirar do centro para jogar pra cima, e que as ferrovias enxergaram lá atrás, então para que voltasse se não teria transporte de cargas, somente de pessoas. Maria Eduarda manifestou que também há projeto de mobilidade urbana. Célio manifestos que estão sobrecarregando as rodovias, poi se tivesse a ferrovia aliviaria muito as rodovias que estão precárias, hoje é impraticável estes caminhões e carretas transportar o que os trem transportam, criam assim problema seríssimo nas estradas, porque não existe outra alternativa. Carga existe e discorda do Geraldo, pois se houvesse ferrovia transportaria muito mais e muito mais facilidade, mas que era questão do ponto de vista do secretário, mas que isso não se discute, pois ele está no papel dele e tem que defender a obra, mas que ele como ambientalista e um visionário ele se preocupa com isso. Terminou dizendo que assim estava fazendo o pedido de vistas, realizará seu relatório e enviará posteriormente. José Antônio antecipou seu voto favorável. Célio manifestou que não fosse considerado o voto, pois quando se faz pedido de vistas fica suspensa. José Antônio manifestou que data vênia pode-se votar. Célio manifestou que então nem adiantaria fazer pedido de vista. José Antônio manifestou que ele poderia após apresentado o recurso pode-se mudar o voto concordando ou não. Célio manifestou que nunca havia visto isso e que não é norma. José Antônio finalizou dizendo que pode votar e se caso depois de apresentado o recurso pode-se mudar o voto concordando ou não. O conselheiro José Antônio pediu para registrar o seu voto favorável e foi acompanhado pelo Fernando representante da Secretaria Municipal de Urbanismo. Dando prosseguimento a reunião foi dada a palavra ao Sr. Guilherme Woods, que saudou a todos os presentes e logo após explicou que o que o trouxe é a questão do Rosário, onde o mesmo é vizinho. Sr Guilherme explicou que em

1996, criou-se a lei considerando o Beco Nossa Senhora das Mercês e seu iniciou-se era pela direita da igreja originalmente e ali conseqüentemente criou-se uma passagem porque Padre Brás autorizou para os carneiros, construíssem ao fundo do terreno que era das Igrejas das Mercês. Então no local existiam dois acessos, uma pela direita e outro que passava os burros, pessoas, que é estreito, tanto é assim que foi feito a construção de um muro devidamente aprovada para casinha ao lado também tombada, que trouxesse segurança e privacidade, para o imóvel e o projeto foi feito em pedra seca. Guilherme manifestou que possui lote de número um ao lado da Igreja com saída para o Beco das Mercês. Júnia indagou dizendo que era o lote vazio e Guilherme respondeu que sim. Seguindo Guilherme manifestou que quando foi anunciada a reforma da Igreja aos moradores dali, que foi bem vinda, pois uma Igreja importante para a cidade e estava abandonada, servindo de abrigo para corujas, morcegos e trazendo uma série de problemas para moradores do entorno e assim que foi anunciada a reforma foi motivo de alegria para todos. Não estava entrando no mérito se o Padre havia entrado com projeto ou aprovação, mas simplesmente pelo fato de reforma foi motivo de muita alegria para todos. Porém ele extrapolou o limite da Igreja e começou a construir dentro da via pública que é o Beco de Nossa Senhora das Mercês. Sr Guilherme informou que foi conversar com o pároco mostrou a documentação que tem, inclusive o registro dizendo onde está o lote dizendo que ele tem frente para beco Nossa Senhora das Mercês e disse que o pároco disse que aquela lei foi feita do dia para a noite e ficou bravo com ele e não teve entendimento. Guilherme disse ao pároco que não precisavam brigar que ele iria recorrer à prefeitura para que pudessem ter uma solução para situação ditada pelo entendimento da municipalidade. Procurou a Secretaria Municipal de Urbanismo e foi dirigido para que devesse fazer uma solicitação junto à ouvidoria, assim o fez e levou ao embargo dessa parte. Sr. Guilherme salientou que achava que o assunto tinha sido resolvido, mas o pároco dias depois começou a aterrar a via, a soterrar o muro de divisa e pior construiu uma fossa a céu aberto colado no muro. Então ele trás problemas sanitários sérios, trás problemas de comprometer a segurança do imóvel de baixo e uma série de irregularidades, ele não possui projeto de águas pluviais, enfim ele vai fazendo da cabeça dele. Guilherme disse que o pároco, enquanto estavam conversando, disse que iria construir um banheiro e na época ele ofereceu ao pároco para ligar a rede de esgoto do banheiro na rede de esgoto que passa nos fundos do lote dele, mas ele quis fazer esta fossa. Assim está com esta situação que interditou a via, ele tem documentação do lote, a ouvidoria deu como solucionada as queixas que fez, dizendo que havia já uma solução para aquela demanda e como solução que o processo havia sido encaminhado para Procuradoria Consultiva da prefeitura. Guilherme foi lá conversar com a Dr. Celina, que o orientou no sentido de procurar o CONPATRI, para que visse se achava alguma solução negociável, ou seja, se o município entra nisso se o Conpatri propõe uma compra, mas ele disse que não está vendendo o seu imóvel, se houver interesse do Pároco, que o que se vê que normalmente as Igrejas possuem uma casinha de apoio, onde faz reuniões, banheiros, um apoio para Igreja. Guilherme finaliza dizendo que a situação era aquela, um impasse que o pároco não aceita conversa, não se pode mencionar nada que o pároco fica bravo. Celina orientou dizendo quem sabe o Conpatri não iria nomear algum conselheiro louvável para fazer este meio de campo, se o município entra e desapropria. O conselheiro Célio ressaltou que o que a Dra. Celina fez estava errada, pois o conselho solicitou ao jurídico uma consulta para que ela dissesse se havia duplicidade de direito e o pároco foi muito contundente com a apresentação dele no conselho e agora temos outra parte envolvida. Continuou dizendo que no seu ver jamais o

CONPATRI será mediador de uma coisa que se resolve por lei então esta consulta estaria com doutora Celina, ela deverá obrigatoriamente dar o parecer dela. Guilherme manifestou que mesmo com embargo o pároco continuou mexendo, construiu banheiro, realizou ligação, enfim ele não respeita. A Presidente informou que foi enviado um oficio do Conpatri a Procuradoria Consultiva, solicitando um posicionamento oficial deste assunto, mas verificou-se conversando com as secretarias afins e todos os envolvidos que houve algum erro legislativo em algum momento da história. O conselheiro Fernando disse que eles são operadores de direito, citou Célio, José Antônio, Maria Eduarda, e disse que não tem como fugirem da legislação. Continuou dizendo que naquele momento ninguém sentiu confortável de nem discutir o assunto, porque o pároco não conseguiu comprovar para todos naquele momento que se tratava de uma área particular e também não conseguiram fazer uma verificação se tratava de uma área pública. Prosseguiu dizendo que então qual seria as duas vertentes, uma que em mil novecentos e noventa e seis o lote devidamente registrado tinha a testada para o Beco das Mercês, posteriormente esta lei foi revisada, não sabe se foi emenda ou se foi revogada, mas onde interpretou que a testada dos lotes era para Rua Augusto Bretas. Ficou assim uma aprovação de projeto de desmembramento, devidamente aprovado com área verde, área institucional devidamente reservada anteriormente dando testada do lote do Guilherme para o Beco das Mercês, e depois houve uma alteração legislativa alterando a saída para Rua Augusto Bretas. Joice manifestou que a alteração não foi para Rua Augusto Bretas, que na verdade as duas leis tratam da saída do lote para Beco Nossa Senhora das Mercês. Guilherme manifestou que esta é uma lei muito simples que trata de uma largura de um metro e meio a entrada e não fala mais nada, depois no período do Geraldo Magno surgiu outra lei em mil novecentos e noventa e seis, que deu origem a este loteamento e em mil novecentos e noventa e nove ele comprou o lote. Complementou dizendo que ali era uma área de terreno maior que tem lotes que saiam para Rua Augusto Bretas e tem os lotes para cima com saída no Beco de Nossa Senhora das Mercês, tanto que todos os lotes do desmembramento estão construídos e único lote vago é o dele. Fernando manifestou que o segundo pedido dele foi que ele pudesse instalar segundo ele uma porteira que já existia no Beco das Mercês na parte de baixo e que ele queria voltar este portão e voltando este portão ele restringia o acesso aos lotes e então todos não se sentiram confortáveis pois como votariam sobre algo se não tinham certeza se era particular ou público e por isso foi encaminhado a Procuradoria Jurídica Consultiva e este parecer que seria o que daria uma sustentação legal para deliberação do conselho. Guilherme e José Antônio manifestaram que não havia portão no Beco que nasceram e foram criados ali. A pedido do conselheiro José Antônio, o conselheiro Paulo relatou que visitou o local e conversou com pároco, que sugeriu que chamasse Guilherme para conversa para resolver a situação e não impedir a saída do lote, mas que ele não concordou e que disse que tem documentos e que faria. Júnia manifestou que existe uma sugestão por parte do Prefeito e se todos estiverem de acordo incluindo o Guilherme, para desapropriar o lote e transformar em área verde. José Antônio manifestou que é um absurdo usar recurso público para resolver o problema. Júnia manifestou que talvez isso seja uma solução para Guilherme. Paulo indagou se ele poderia fechar a saída do lote legalmente. Junia manifestou que o problema que a legislação é conflitante, se é publico ou privado. Fernando indagou ao Guilherme se o lote é edificável e Guilherme respondeu que sim, inclusive demais lotes estão edificados. Fernando indagou ao Guilherme dizendo que na ultima reunião em que o pároco esteve presente, foi colocado a possibilidade de ter um acesso controlado e que teriam acesso a Igreja e ao lote, mas que o

pároco disse que propôs isso ao Guilherme, mas não foi aceito. Guilherme respondeu que ele não propôs isso a ele e que condomínio precisa de autorização de todos. Guilherme disse que na ouvidoria saiu como se estivesse solucionado sendo enviada a procuradoria e ao Conpatri, porém isso não é solução. José Antônio manifestou que na verdade o Jurídico Contencioso do município diante das reiteradas, que já eram cinco ou seis, já teria que ter acionado em juízo, com anunciação de obra nova, porque ai o município diria juízo diga se há ou não esta passagem, diga se pode ou não haver este fechamento e ai o estado/juiz decidiria. Guilherme manifestou que é um cidadão que tem respeito, que sempre respeitou que é uma figura pública na cidade, que as pessoas o consideram pelas funções que exerceu e sempre se pautou pelo procedimento correto, pelo entendimento, por procurar o que é razoável, dentro da lei principalmente porque ele também é um profissional que exerce o direito, mas ele esta se vendo em uma situação de abandono, o município não o acolhe, o Conpatri pelo que estava vendo não terá uma seqüência e indagou se será que teria que usar o esforço próprio para coibir a ação dele. Continuou dizendo que ele construiu colado no muro e isso não pode, a lei de uso e ocupação do solo fala sobre um metro e meio, ele não o perguntou nada, não comunicou nada, ele não poderia fazer isso, ou será que teria que ir pegar a marreta e quebrar. Júnia manifestou que o que depender do conselho que irão notificar e embargar. José Antônio manifestou que seria o momento de tomarem uma decisão e encaminhar ao prefeito dizendo que após as várias reiteradas situações e do conflito instalado encaminhe a sua excelência para providências do Contencioso do município. Continuou dizendo que se o Contencioso não ingressar com a ação própria provavelmente Guilherme entrará e chamará o município para integrar a lite no paulatino, e nesse momento se o município não o fizer obrigatoriamente ele será jungido para tomar partido. Guilherme manifestou que esta ação seria contra a cúria. José Antonio sugere que Guilherme aguarde trinta dias e a presidente encaminhe o ofício ao Prefeito. Paulo concordou dizendo que é o melhor caminho, mas que talvez o pároco fosse se apegar a questão da dupla informação. Guilherme disse que ele tem posse a vinte e tantos anos e que o município tem que lhe oferecer uma solução para aquilo e não lhe interessa vender somente o lote teriam que desapropriar também o lote com a casinha. Célio manifestou que isso o prefeito faz com facilidade se for o caso. A Presidente perguntou ao proprietário se caso a Prefeitura se prontificasse a desapropriar o lote vago e o lote com a casa, se ele aceitaria, e resolveria e Guilherme respondeu que ele poderia fazer o quê diante a uma desapropriação? O conselheiro Paulo não concordou com a desapropriação, pois ficaria muito “fácil” para o pároco, e não seria a melhor solução a se tomar. Daniele informou que o Conselho consegue barrar a instalação do portão por se tratar de uma intervenção em uma ZEIH – Zona Especial de Interesse Histórico, e se o conselho entende que não cabe uma descaracterização em uma área tombada, pois ali é um perímetro de tombamento e independe dessa solução jurídica. José Antônio manifestou que tecnicamente consegue fazer assim, mas indagou e se ele não cumprir e Daniele respondeu que neste caso seria judicializar. José Antônio manifestou que fiam muito no campo teórico, mas praticidade ele não estaria vendo. Ficou acordado que seria encaminhado ao Prefeito o oficio, o Conselheiro José Antônio se prontificou a auxiliar na escrita do mesmo. Finalizando o Sr. Guilherme agradeceu a oportunidade, ressaltou a importância do conselho parabenizando o brilhante trabalho que o conselho realiza em prol da cidade, que cada um traz sua contribuição em melhoria da cidade, que é uma cidade boa de morar, tradicional em suas decisões, ordeira e que então estavam todos de parabéns pelo trabalho e agradeceu por tê-lo recebido. Júnia agradeceu a presença e manifestou dizendo que as portas

estavam abertas e que as reuniões são abertas. O próximo assunto em pauta refere-se ao **protocolo 10607/2021 – Monteminas Minérios Ltda** – Solicita que seja encaminhado ao Conpatri, A/C senhora Júnia Melillo, o cumprimento da condicionante número 01. Joice explicou que trata-se do projeto Serra do Lessa que já havia passado anteriormente, sendo assim a documentação já havia sido disponibilizada para apreciação. Joice relembrou aos conselheiros o conteúdo dos documentos passando de modo geral pontuando o que havia de mais relevante nos impactos e empreendimento em si, realizou também a leitura do relatório realizado pelo conselheiro Célio referente à visita que foi realizada pelos conselheiros Luiza Bastos, Célio dos Santos e Frederico Leite que foi solicitado pelo pedido de vistas ao processo. Júnia indagou que o sitio Arqueológico citado no relatório do conselheiro Célio não havia sido citado na documentação enviada pela empresa, e Célio concordou. Ao final da leitura do relatório o conselheiro José Antônio se pronunciou falando que gostou muito do relatório e que acrescenta apenas uma sugestão se o relator aceitar de que se oficie a COPASA dando conhecimento da existência deste risco de erosão, e de atingir o principal tributário do Rio das Velhas e Rio Itabirito. Célio complementou dizendo que também ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas. Continuou dizendo que com relação ao sitio arqueológico encontrado após a visita o interessante é o IPHAN se manifestar. Manifestou que a Igrejinha sofrerá muito impacto e não porque ela não esta inventariada que ela não deve ser considerada. José Antonio disse ter ido ao local e fotografou a Igrejinha, devido também a presença da escola, na ocasião para processo da Bação logística, mas fato é que se dois caminhões se encontrarem neste ponto não haverá, o risco é recuarem aquela mureta e jogar o muro ou forçar a construção do muro lá na escadaria ou do outro lado atingir a escola municipal. Célio manifestou que esta construção é muito frágil e com a vibração ela irá cair. Ficou acordado o envio do relatório elaborado por Célio dos Santos junto ao Parecer do Conpatri, com sugestão do conselheiro José Antônio que se oficie a COPASA e por acréscimo do próprio relator ao Conselho Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e Maria Eduarda complementou para enviar também ao SAAE. O último assunto a ser tratado foi referente ao **protocolo 1119/2022 de Alexandre do Prado de Oliveira –** O requerente deixa em anexo duas plantas para troca de portas e janelas referente ao auto de infração número 005/2022. Daniele, fiscal de posturas, explicou que foi realizada uma denúncia referente a este imóvel, de invasão do que seria uma área pública, e em alguma época houve um cruzeiro, mas nenhum morador soube demonstrar imagem desse cruzeiro, e chegando ao imóvel a casa estava sendo reformada, não só o muro que estava sendo feito, mas a casa estava passando por reforma e o imóvel está inserido em ZEIH – Zona Especial de Interesse Histórico. O proprietário foi autuado para que apresentasse o projeto de intervenção deste imóvel que foi apresentado de trocas de portas e janelas sem alterar na volumetria, um muro de pedra seca com madeira, porém o problema é que ele estende o muro até a parte que ainda não foi comprovada a posse, ele precisaria retificar esta área. Daniele ressaltou que o que compete ao Conselho é a análise das questões do imóvel e que a questão do muro, se é área pública ou privada, se ele irá estender este muro e fechar esta área, isso pode ser enviado a Secretaria Municipal de Urbanismo, porque retificação de área são eles que fazem, e deliberar em cima do imóvel porque já adianta um pouco o processo. Joice apresentou imagens atuais do imóvel e do projeto em 3D para melhor entendimento. Daniele informou que haverá uma melhoria considerável, mas o problema é esta questão do muro. Joice sugeriu uma aprovação conforme foi feito no caso da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, onde aprovou-se o que era passível de aprovação e deixando para uma próxima aprovação a parte de conflito público e privado para

devidas comprovações e aprovações das demais secretarias afins. Todos concordaram. Não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Joice Giulia Silva dos Santos, que a redigiu e lavrou, pelo Presidente que dirigiu os trabalhos, e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da reunião. ------

Junia Guimarães Melillo----------	
Joice Giulia Silva dos Santos ----------	
Alessandra Flávia da Silva Baêta ----------	
Maria Eduarda de Morais Lana ----------	
Fernando Pereira Antunes ----------	
Célio dos Santos ----------	
Gabriel César de Oliveira ----------	
José Antônio Braga --- ----------	
Paulo Rodrigues dos Santos ----------	